




PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 26 DE JUNHO DE 2025.

Institui a Política de Educação em Tempo Integral no Município de Ourinhos, por meio do *Programa Escola em Tempo Integral (ETI)* nos Anos Iniciais de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências correlatas.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURINHOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394, de 20 de julho de 1996, e a Lei Municipal nº 6.106, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre a criação e regulamentação do Conselho Municipal de Educação – C.M.E. fixa as diretrizes da POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o *Programa Escola em Tempo Integral – ETI*;

CONSIDERANDO as disposições da Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em Tempo Integral no âmbito do *Programa Escola em Tempo Integral – ETI*;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência e de suas prerrogativas acerca do Direito à Educação;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, ampliada pela Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, com objetivo de incluir a temática indígena a fim de promover a criação de ambientes educativos que acolham e promovam o respeito à diversidade sociocultural e ao seu preparo para a cidadania, bem como estimulem práticas pedagógicas antirracistas.

CONSIDERANDO as disposições do Termo de Adesão do Município de Ourinhos ao *Programa Escola em Tempo Integral – ETI* assinado em 21 de agosto de 2024;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



CONSIDERANDO que a Educação em Tempo Integral é composta por Unidades Escolares de Ensino Municipal de turno integral, que tem como objetivo a formação de indivíduos autônomos, solidários, qualificados para trabalho com conhecimentos, valores e competências que visam ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e o seu preparo para o exercício da cidadania, mediante conteúdo pedagógico, método didático e gestão curricular e administrativa próprios, conforme regulamentação, observada a Base Nacional Curricular Comum – BNCC e o Currículo Paulista – CP.

CONSIDERANDO o cenário da infraestrutura das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Ourinhos, em que grande parte das escolas apresenta limitações estruturais significativas, especialmente no que se refere à disponibilidade e adequação dos espaços físicos para o atendimento em tempo integral.

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituída a **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL** no Município de Ourinhos, por meio do *Programa Escola em Tempo Integral* (ETI) nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, nos termos desta Deliberação.

Parágrafo único. O *Programa Escola em Tempo Integral* (ETI) será implementado por meio da ampliação de matrículas em tempo integral, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º São objetivos da Política de Educação em Tempo Integral:

- I - garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural;
- II - a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo sendo uma proposta contemporânea;
- III - reconhecer a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustentar na construção da pertinência do projeto educativo para todos os estudantes dentro de uma perspectiva inclusiva;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



IV - ser uma proposta alinhada à noção de sustentabilidade, porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;

V - valorizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;

VI - promover a equidade, reconhecendo o direito de todos os estudantes à aprendizagem e ao acesso a oportunidades educativas equitativas, diversificadas e contextualizadas, por meio da interação com múltiplas linguagens, recursos, tecnologias, espaços, saberes e agentes, como condição indispensável ao enfrentamento das desigualdades educacionais.


VII - possibilitar o acesso à ciência, às tecnologias, às artes e aos diversos saberes culturais, com ênfase na valorização de matrizes étnicas diversas compromissadas com uma educação antirracista, crítica e transformadora.

VIII - incentivar a valorização dos territórios educativos como espaços de memória e conhecimentos fundamentais ao processo formativo de toda a comunidade escolar, reconhecendo que esses espaços — físicos, culturais e sociais — são potentes lugares de construção e ressignificação de saberes, valores, identidades e relações que transcendem os limites institucionais da escola.

IX - estimular a participação ativa da comunidade no processo educacional, fortalecendo o exercício da cidadania e o compromisso coletivo com a formação integral dos estudantes.

X - assegurar o direito à educação integral a todos os estudantes com deficiência, altas habilidades e transtorno do espectro autista, garantindo-se a oferta de serviços educacionais que promovam o desenvolvimento pleno, a inclusão social, a acessibilidade e o respeito às suas especificidades, mediante adaptações curriculares, recursos pedagógicos adequados e o suporte necessário para a efetivação de seu processo de aprendizagem em ambientes educacionais inclusivos e de qualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



Art. 3º Cabe ao poder público municipal a implementação da Política de Educação em Tempo Integral e a manutenção do *Programa Escola em Tempo Integral*, em parceria com as diretrizes e financiamento do governo federal e estadual, bem como instituições privadas.

§ 1º A implementação das Escolas em Tempo Integral – ETI será realizada de forma progressiva, com base em critérios técnicos e pedagógicos, observando como prioridade:

I - escolas situadas em áreas de maior vulnerabilidade social, conforme indicadores socioeconômicos, com vistas à promoção da equidade e da justiça social.

II - a expansão das Escolas em Tempo Integral – ETI será implementada de forma gradual, respeitando a capacidade física, operacional e orçamentária do município, podendo ser iniciada por polos-piloto definidos, a partir dos resultados do diagnóstico técnico.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação, com apoio das secretarias de governo competentes, deverá realizar o diagnóstico técnico estrutural de todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, estabelecendo um plano de reestruturação e priorização conforme os critérios descritos.

§ 3º Os recursos para execução do *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI, deverão ser provenientes de dotações orçamentárias próprias do município, transferências voluntárias dos entes federativos, convênios, parcerias e demais fontes previstas na legislação.

Art. 4º As Unidades Escolares deverão garantir ambientes acessíveis, seguros e acolhedores, que atendam aos princípios educativos e promovam a equidade no processo de aprendizagem.

Art. 5º As Unidades Escolares com espaço físico reduzido ou inadequado que requeiram intervenções para a ampliação ou adaptação dos ambientes destinados a salas de aula, atividades pedagógicas e espaços multifuncionais passarão por reformas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



ampliações ou construções, assegurando condições de acessibilidade e infraestrutura compatíveis com a oferta da educação integral.

§1º As intervenções físicas deverão contemplar a eliminação de barreiras arquitetônicas, a instalação de recursos de acessibilidade e a criação de ambientes inclusivos que favoreçam a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

§2º Serão incluídas nas obras as adaptações de banheiros acessíveis, espaços de descanso, espaços de higiene e autocuidado, respeitando as demandas da educação em tempo integral e as especificidades dos estudantes.

§3º Os projetos arquitetônicos deverão obedecer às normas técnicas de acessibilidade e ser elaborados com a participação de equipe multiprofissional da Administração Pública Municipal e, sempre que possível, da comunidade escolar.

Art. 6º As Unidades Escolares que ofertam Educação em Tempo Integral deverão dispor de cozinhas e refeitórios adequados, acessíveis e devidamente equipados, sendo obrigatória a realização de reformas, ampliações ou construções desses espaços sempre que identificadas condições inadequadas à permanência e alimentação dos estudantes.

§1º Os refeitórios deverão ser planejados de forma acessível, com mobiliário inclusivo, sinalização tátil e visual, iluminação adequada e ambiente que favoreça a autonomia, a convivência e o conforto dos estudantes.

§2º Os espaços de alimentação escolar devem estar integrados ao projeto pedagógico da Educação Integral garantindo a acomodação adequada aos estudantes e contribuir para a promoção da saúde, da cidadania e da inclusão.

§3º As cozinhas das Unidades Escolares deverão dispor de estrutura física compatível com a demanda gerada pela oferta de Educação em Tempo Integral, devendo ser projetadas ou adequadas arquitetonicamente para atender à ampliação do número de refeições e à complexidade dos processos de preparo. É imprescindível que esses espaços contenham áreas distintas para a manipulação segura dos alimentos e para o armazenamento adequado de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis, em conformidade com as normas sanitárias, de forma a garantir a qualidade das refeições, a segurança alimentar e a saúde dos estudantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



Art.7º O currículo desenvolvido no *Programa Escola em Tempo Integral* (ETI), obedecerá ao cumprimento de uma base nacional comum e incluirá uma parte diversificada definida em Oficinas e Projetos de Enriquecimento Curricular (OPECs).

§ 1º A base nacional comum seguirá as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Paulista (CP).

§ 2º O desenvolvimento do currículo deverá contemplar os estudantes em sua múltipla dimensionalidade, visando ao seu pleno desenvolvimento.

§ 3º A parte diversificada será elaborada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em colaboração com as equipes das Unidades Escolares, considerando as singularidades dos territórios de aprendizagem e as especificidades da Rede Municipal de Ensino.

§ 4º Deverão ser contempladas na jornada escolar atividades que propiciem a avaliação contínua, a recuperação e a recomposição de habilidades em defasagem, o apoio e o aprofundamento de habilidades já consolidadas, o pensamento crítico e científico, a pesquisa, a pluralidade cultural e artística, o esporte e lazer, as tecnologias digitais da informação e comunicação, a educação ambiental, a saúde, os direitos humanos e a perspectiva antirracista, entre outras situações que envolvam o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC e nas áreas de conhecimento.

§ 5º O desenvolvimento das atividades curriculares poderá ocorrer na organização de agrupamentos definidos por anos e faixas etárias, quando conveniente por meio de agrupamentos multi-idade ou, ainda, de acordo com o interesse dos estudantes.

§ 6º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar e em artes e projetos de enriquecimento curricular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



Art. 8º As Oficinas e Projetos de Enriquecimento Curricular – OPECs do *Programa Escola em Tempo Integral* - ETI dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental versarão sobre as temáticas abaixo discriminadas:

- I - Oficina de Leitura e Produção Textual (OLPT);
- II - Oficina de Matemática e Cálculos (OMC);
- III - Experiências Artísticas e Culturais (EAC): explorar música, dança, pintura, teatro e artes plásticas; conhecer filmes e histórias; criar com diferentes materiais e técnicas; brincar com expressões artísticas como desenho, colagem e escultura; descobrir culturas diversas por meio de contação de histórias, músicas e brincadeiras.
- IV - Vivências Esportivas Colaborativas (VEC): atividades motoras; jogos educativos; respeito às regras e esportes coletivos visando à participação em competições esportivas; cooperação entre estudantes; práticas de relaxamento; alongamento e consciência corporal com foco na saúde física.
- V - Vivências Socioambientais e Sustentabilidade (VSS): construção de hortas escolares agroecológicas; jardins sensoriais; instrumentos de coleta seletiva e reciclagem de resíduos; compostagem e aproveitamento de alimentos; trilhas ecológicas e estudo do meio; ações de reflorestamento; entre outros;
- VI - Experiências e Conexões Tecnológicas (ECT): uso de computadores, tablets e outras tecnologias; aulas de robótica com brinquedos e kits educativos; aprendizado sobre segurança na internet; explorar programas simples para criar desenhos, histórias e jogos; descobrir como a tecnologia ajuda no dia a dia.
- VII - Vivências em Cidadania e Direitos Humanos (VCDH): educação para as relações étnico-raciais; desenvolvimento de projeto de vida; promoção da cultura de paz; e conscientização sobre os direitos humanos.
- VIII - Vivências em História, Geografia e Patrimônio de Ourinhos (VHGPO): conhecer a história de vida, da cidade e das pessoas que vivem nela; visitar lugares importantes e antigos; aprender sobre o marco zero da cidade; ouvir histórias contadas por moradores; explorar museus; entender o que é identidade, patrimônio cultural e arqueológico; descobrir onde a cidade fica no mapa e conhecer as características do lugar, como rios, ruas e bairros.
- IX - Experiências no Universo: Ciência e Astronomia (EUCA): identificação dos planetas e compreensão da organização do sistema solar; estudo das fases da



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



Lua; entendimento das estações do ano e dos sistemas de rotação e translação da Terra, entre outros temas.

X - Vivências Socioemocionais (VS): desenvolvimento do autoconhecimento e da autoestima; reconhecimento e expressão das emoções; prática da empatia e do respeito ao próximo; comunicação eficaz e escuta ativa; cooperação e trabalho em grupo; resolução pacífica de conflitos; cuidado próprio e com os outros; valorização da diversidade e promoção da inclusão.

XI - Experiências de Empreender (EE): confecção de produtos com materiais recicláveis; produção de alimentos com cuidados de higiene; criação de trabalhos artísticos (desenhos, pinturas, artesanato); organização de feira de brinquedos; customização de roupas e acessórios; realização de campanhas de arrecadação e feiras solidárias, entre outras atividades.

Art. 9º Outras Oficinas e Projetos de Enriquecimento Curricular (OPECs) poderão ser instituídos em consonância com as necessidades das Unidades Escolares e as especificidades dos territórios de aprendizagem, desde que estejam alinhados aos princípios pedagógicos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e pelo Currículo Paulista – CP, visando à formação integral do estudante.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Educação deverá criar o seu projeto de educação integral e a matriz curricular, devendo ambos serem aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 11 A jornada escolar do *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI compreenderá o cumprimento mínimo de 07 (sete) horas diárias, distribuídas em aulas de 50 (cinquenta) minutos, sendo 35 (trinta e cinco) horas semanais, perfazendo um total mínimo de 1.400 (um mil e quatrocentas) horas, distribuídas em um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

§ 1º inclui-se na jornada escolar o tempo destinado a todas as atividades didático-pedagógicas: atividades curriculares, alimentação, aulas-passeio, higienização, entre outras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



§ 2º O desenvolvimento das atividades poderá acontecer em diferentes espaços, sendo eles escolares ou espaços distintos do território municipal em que está situada a Unidade Escolar.

§ 3º Todas as atividades desenvolvidas dentro ou fora do espaço escolar devem estar intencionalmente previstas no Projeto Político Pedagógico e Plano Gestor da Unidade Escolar.

§ 4º O estudante matriculado no *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI deverá obrigatoriamente cumprir toda a jornada escolar diária.

Art. 12 No âmbito da implantação da Escola de Tempo Integral, a jornada de trabalho dos professores será mantida conforme a atribuição atual de aulas, podendo o docente, de forma voluntária, optar pela ampliação de sua carga horária até o limite de 45 (quarenta e cinco) horas-aula semanais. A eventual complementação será remunerada como carga suplementar durante o período transitório, vigente até o término do ano letivo de 2025. Esta regulamentação observará as atualizações legais pertinentes relativas ao Estatuto do Magistério.

§ 1º O professor de Educação Básica I cumprirá no máximo 2/3 (dois terços) de seu horário de trabalho com os estudantes, sendo o restante do tempo 1/3 (um terço) dedicado ao planejamento e formação continuada.

§ 2º Os professores de Arte, Educação Física, Informática e Inglês cumprirão as horas-aula estabelecidas na matriz curricular, de acordo com o número de classes da Unidade Escolar, respeitando-se a jornada de trabalho disposta na legislação em vigor.

§ 3º Os professores de Arte, Educação Física, Informática e Inglês poderão assumir Oficinas e Projetos de Enriquecimento Curricular (OPECs) ampliando a sua carga horária até o limite de 45 horas-aula, quando for possível e conveniente para a Unidade Escolar.

§ 4º Caberá à Secretaria Municipal de Educação (SME), em resolução própria, a atribuição de aulas dos professores das Oficinas e Projetos de Enriquecimento Curricular (OPECs) a partir da realidade escolar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



§ 5º Os professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE – prestarão atendimento, no âmbito de seu horário de trabalho, aos estudantes que dele necessitarem, conforme os critérios e diretrizes estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e demais normativas vigentes.

§ 6º A carga horária destinada ao planejamento e formação na escola em horário de estudo/coletivo (HE e HEC), será organizada pela escola em dias e horários de acordo com as especificidades do *Programa Escola em Tempo Integral* - ETI.

§ 7º A equipe gestora, composta por Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico, assim como os demais funcionários (não docentes), diretamente envolvidos no Programa Escola em Tempo Integral, farão jus a um adicional sobre o salário base, a ser definido por Lei Complementar, considerando as peculiaridades do exercício de suas funções, especialmente o acompanhamento de estudantes em atividades realizadas fora do espaço escolar.

§ 8º A equipe gestora e funcionários perderão o direito ao adicional sobre o salário base nos casos de afastamentos, licenças e ausências de qualquer natureza, salvo as faltas previstas no art. 60 da Lei Complementar nº 474/2006 e art. 115, § 5º, da Lei Complementar nº 911/2015.

Art. 13 Compete à Secretaria Municipal de Educação – SME:

I- orientar e acompanhar o processo de implantação do *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI envolvendo a comunidade escolar, a família e sociedade em geral sobre a necessidade e a importância da Educação Integral;

II- proporcionar formação continuada aos profissionais visando à compreensão da educação integral e sua implementação com qualidade e valorização profissional;

III- assessorar administrativa e pedagogicamente a implementação e a execução do *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI;

Art. 14 As escolas contempladas no *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI serão avaliadas ~~semestralmente~~ visando à melhoria do processo de gestão administrativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



e pedagógica, e caberá à Secretaria Municipal de Educação realizar o acompanhamento e monitoramento das ações realizadas.

§ 1º A direção escolar e a coordenação pedagógica serão avaliadas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação – SME.

§ 2º A direção escolar e a coordenação pedagógica serão avaliadas pelo Conselho Escolar ao final do ano letivo.


§ 3º Os professores das escolas do *Programa Escola em Tempo Integral* – ETI serão avaliados a qualquer tempo a partir de critérios qualitativos construídos com a participação dos Técnicos da Secretaria, apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 15 A Secretaria Municipal de Educação poderá incorporar progressivamente as escolas da Rede Municipal de Ensino no *Programa Escola em Tempo Integral*, desde que atendam as considerações:

- I - disponham de espaço físico adequado para atender ao quadro de atividades, acessibilidade, alimentação e higiene;
- II - apresentem área territorial para ampliação do prédio conforme o necessário;
- III - atendam maior quantidade de estudantes em situação de vulnerabilidade social;
- IV - apresentem localização próxima a escolas de Educação Infantil e Anos Finais, que já possuam o ensino em tempo integral, visando à continuidade dos estudos nesse formato.

Art. 16 Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO analisar e aprovar as diretrizes pedagógicas do *Programa Escola em Tempo Integral* (ETI), assegurando sua consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Paulista (CP), a Política de Educação Integral em Tempo Integral, estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Unidades Escolares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Sistema de Ensino
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Conselho Municipal de Educação



Art. 17 Cabe ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO acompanhar e avaliar a execução do *Programa Escola em Tempo Integral* (ETI), com base em relatórios, indicadores educacionais e instrumentos de monitoramento apresentados pela Secretaria Municipal de Educação (SME).


Art. 18 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deverá zelar pela garantia dos direitos das crianças no contexto da Educação em Tempo Integral, observando a qualidade da oferta, a equidade no acesso, a adequação dos espaços físicos, a alimentação escolar e a valorização dos profissionais da educação.

Art. 19 Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO promover espaços de escuta e participação da comunidade escolar e da sociedade civil, considerando as especificidades dos territórios e o princípio da gestão democrática do ensino público.

Art. 20 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO poderá propor recomendações, ajustes e políticas complementares que contribuam para o aprimoramento do *Programa Escola em Tempo Integral* (ETI), visando à efetividade da formação integral das crianças e à melhoria da qualidade da educação municipal.

Art. 21 Compete ainda ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na formulação, acompanhamento e avaliação de ações intersetoriais vinculadas ao *Programa Escola em Tempo Integral*, especialmente nas áreas de cultura, esporte, saúde e assistência social.

Art. 22 Os casos omissos nessa Deliberação serão analisados e decididos pela plenária do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Documento assinado digitalmente
 MARCELA RODRIGUES
Data: 30/06/2025 16:57:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcela Rodrigues Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Ourinhos